

## A hipnose da privatização da Uerj



O apoio da grande mídia ao projeto de privatização da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) ganhou mais um capítulo nesta segunda-feira (05/02). Uma reportagem publicada pelo O Globo, afirmou que os gastos com pessoal na universidade superou a inflação do período entre 2007 e 2016. Destrinchando a publicação, no entanto, encontramos uma série de incoerências e até de equívocos.

Uma das causas apontadas pela publicação para o excessivo gasto com a universidade, seria os 22% de reajuste concedido aos servidores administrativos, parcelado em 12 vezes, no ano 2012. O referido aumento na verdade

se trata de uma recomposição de perdas inflacionárias, e foi concedido em 2010. Antes disso, esta categoria - que teve o primeiro plano de carreira implantado por lei em 2006 - nunca recebera reajuste em seus salários, somente a recomposição inflacionária do período correspondente.

A matéria também afirma que os “docentes tiveram, em 2014, a criação de um novo plano de cargos e salários”. Ótimo seria se a informação fosse verdadeira, pois um novo plano de carreira daria a oportunidade de os professores da Uerj ajustarem equívocos cometidos em sua carreira quando a implantação de seu primeiro e único plano de carreira até aqui, em 2008. O veículo pode ter

confundido a reformulação do plano de carreira dos técnico-administrativos em 2014, justamente com o objetivo de corrigir distorções do plano de 2006, com um imaginário plano docente.

Ainda sobre os docentes, o veículo alega um aumento de 2/3 nos vencimentos, em decorrência da implementação do adicional de Dedicção Exclusiva, em 2012. Sobre essa questão, vale ressaltar que a Uerj era a única universidade pública de todo o país que não adotava esse regime de trabalho. Na prática, portanto, ele significa uma elevação da qualidade de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos na instituição. No entanto, os valores referentes à Dedicção Exclusiva ainda

não são incorporados na aposentadoria, dependendo de decreto-lei do governador.

Uma das opiniões “especialistas” ficou por conta de um professor da instituição privada IBMEC - nem um pouco suspeito para falar. Segundo ele, “no estado do Rio de Janeiro, o aumento foi dos mais elevados, e o resultado disso estamos vendo agora”. O economista simplesmente ignora, os R\$ 66 bilhões de dívida ativa das empresas com o estado, os milhões pagos em propinas descobertos por conta das investigações da Operação Lava Jato e principalmente, os mais de 150 bilhões em isenções fiscais concedidas pelo governo de Sérgio Cabral em apenas cinco anos, e que não cessaram nem mesmo com o ápice da crise financeira. A matéria também não leva em consideração a instalação de novos campus da universidade, o que elevam os investimentos totais, entre eles o de Petrópolis, em 2014.

Além disso, o aumento de investimento - e não gasto - com pessoal refere-se à adequação da universidade à legislação. Um grande contingente de servidores ingressaram na universidade nos últimos dois anos, substituindo trabalhadores contratados de forma precária, cumprindo ordem judicial. Na prática, a entrada de servidores concursados

também representa elevação na qualidade dos serviços prestados, uma vez que a falta de servidores estatutários compromete a execução de projetos e programas de longo prazo, além da própria continuidade da prestação do serviço público, já que trabalhadores contratados sob o regime de trabalho precarizado são constantemente trocados.

Para finalizar, uma das possibilidades de solução aventadas na matéria é a redução da proporção de funcionários para o quantitativo de estudantes. A publicação faz uma comparação entre, segundo ela, a proporção de 11,6 alunos por funcionário da Uerj com os 14,9 alunos do Swiss Federal Institute of Technology Zurich, na Suíça, e os 18,8 alunos da University of Toronto, no Canadá. É uma lástima que também não se tenha feito um comparativo entre a qualidade de vida, a oferta de serviços públicos e, principalmente, os salários mínimos de suíços e canadenses com a dos brasileiros. Além disso, Suíça e Canadá estão entre os países de menor corrupção política do mundo, diferentemente do Brasil. A comparação ainda faz um sugestivo adendo de que as 150 melhores universidades públicas do mundo não são “necessariamente gratuitas”.

A aparente reflexão isenta sobre as causas e soluções

da crise financeira do estado do Rio de Janeiro camufla um discurso implícito da necessidade de cobrança de taxas ou mensalidades em troca do acesso ao ensino superior. O que está em jogo, na verdade, é uma disputa de narrativa sobre o financiamento das universidades públicas, que está inserida num projeto ainda maior: o projeto de privatização dessas instituições.

Esse projeto de entrega dos serviços públicos já avançou em diversas áreas, como transportes, saúde e comunicações. Contudo, encontrou na Educação, sobretudo nas instituições públicas de ensino, sua maior resistência. Não por acaso, assistimos a tentativas de minar a consciência crítica desenvolvida nas escolas, como o pseudo projeto democrático “Escola sem partido” e o decreto presidencial de Michel Temer que extingue do ensino médio disciplinas como Filosofia, Sociologia e Artes.

A grande mídia, com seu grande alcance social, tem atuado como porta voz do governo. Em vez disso, poderia - e deveria por função - fazer uso das informações privilegiadas das quais tem acesso para contribuir para a construção de uma sociedade mais livre e justa, em detrimento dos interesses de uma minoria social detentora do poder político e econômico.